

“Meio Ambiente” em Projetos Pedagógicos de duas escolas estaduais de ensino fundamental da região metropolitana de São Luís, MA

“Environment” on projects pedagogical two schools state elementary school of metropolitan region of São Luís, MA

Marcos Eduardo Miranda Santos^I e Efigênia Magda de Oliveira Moura^{II}

RESUMO

O Projeto Pedagógico (PP) de uma escola é um conjunto de diretrizes que visam orientar a prática pedagógica em suas diversas instâncias. A abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no texto do PP se faz necessária na medida em que os mesmos trazem orientações para a construção de uma proposta pedagógica fundamentada, que visibilize a necessidade de discussões culturais, sociais e econômicas em sala de aula. O Tema Transversal Meio Ambiente traz orientações aos educadores sobre como desenvolver atitudes sustentáveis nos educandos por meio de ações que enfoquem a questão ambiental dentro da escola. Portanto, o objetivo desse trabalho foi analisar as propostas de Educação Ambiental contidas nos Projetos Pedagógicos de duas escolas de Ensino Fundamental da rede estadual de São Luís, MA. Para isso, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas com professores e pesquisa documental para identificar referências ao tema Meio Ambiente nos projetos. Observou-se que no PP de ambas as escolas não há nenhuma referência à temática ambiental. É necessário que sejam feitos trabalhos de sensibilização nas escolas acerca da necessidade da construção de um projeto que esteja em consonância com os PCNs de modo a contribuir para o debate sobre a promoção da Educação Ambiental na prática pedagógica escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Parâmetros Curriculares Nacionais; Professores

ABSTRACT

The Pedagogical Project (PP) of a school is a set of guidelines that aim to guide the pedagogical practice in its various instances. The approach of National Curricular Parameters (PCNs) in the text of the PP is necessary insofar as they provide guidelines for the construction of a pedagogical proposal based on the need for cultural, social and economic discussions in the classroom. The Transversal Environment Theme provides guidance to educators on how to develop sustainable attitudes in learners through actions that focus on the environmental issue within the school. Therefore, the objective of this work was to analyze the proposals of Environmental Education contained in the Pedagogical Projects of two elementary schools of the state network of São Luís, MA. For this, we used semi-structured interviews and documentary research to identify references to the theme of Environment in the projects. It was observed that in the PP of both schools there is no reference to the environmental theme. It is necessary to raise awareness in schools about the need to build a project that is in line with NCPs in order to contribute to the debate on the promotion of Environmental Education in school pedagogical practice.

Keywords: Environmental Education; Parameters National Curriculum; Teachers

I INTRODUÇÃO

A escola é um grande mosaico no qual determinados temas, valores e ideologias se completam e entrecruzam. É um espaço coletivo que recebe e é atravessado por diversas influências – sejam de caráter político, econômico, cultural ou social –; a escola é um espaço contingente, que vive e que está em constante mudança. Sendo assim, a escola, como espaço no qual estas configurações tomam corpo está longe de ser abnegativa, ao contrário, possui interesses, metas e objetivos a serem alcançados. Esse conjunto de aspirações que a escola possui é chamado de Projeto Pedagógico (PP).

^I Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, MA. markoseduardo2008@hotmail.com

^{II} Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, MA. efigeniamagda@yahoo.com.br

Silva (2003, p. 296) define PP como:

Um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois polos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola.

O PP – antes chamado de Projeto Político-Pedagógico (PPP) – nasceu com a Constituição de 1988, mas foi com a promulgação da lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que este se tornou uma realidade na educação nacional. Ao estabelecer no Art. 12, I que “os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996), a LDB confere às escolas autonomia na construção de um projeto pedagógico que considere a realidade local da escola em todos os seus aspectos; e ao dizer no artigo 13, I que “os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”, essa lei torna a construção do PP um dever comum, ou seja, deixa clara a importância da participação de todos nesse processo construtivo.

De acordo com Veiga (1995 apud PENTEADO e GUZZO, 2010, p. 572):

[...] o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento de que a escola lança mão para se propor a lançar para diante em suas ações educativas, buscar um rumo, romper com o presente visando o futuro; é político-pedagógico na medida em que é uma ação intencional com um compromisso definido com a formação do indivíduo para um tipo de sociedade.

A partir do que foi dito acima, é possível perceber que o PP não é apenas um mero documento, mas um artefato – que não deixa de ser cultural, uma vez que é inevitável algo criado dentro de uma determinada cultura estar completamente livre das influências da mesma – cuja função é direcionar a escola em sua prática pedagógica, mediante as realidades existentes no local onde ela está inserida.

Ainda segundo Veiga (1995 apud PENTEADO; GUZZO, 2010), existe dois tipos de Projeto Pedagógico: o estratégico-empresarial e o emancipador. O primeiro caracteriza-se por ser tecnicista e voltado para questões financeiras, concebendo a escola como local de formação de mão de obra qualificada, ou seja, a escola preparando pessoas apenas para atuarem no mercado de trabalho. Esse modelo de PP é fortemente influenciado pelas exigências do mercado, moldando o aluno para satisfazer essas exigências, ou ainda, para ser um consumidor em potencial para esse mercado.

O segundo tipo de PP, o emancipador, busca libertar a escola para ousar agir como sujeito reflexivo, conhecedor de sua realidade, e, portanto o mais apto para pensar o que deve e o que não deve constar nele. Este tipo de PP, diferente do anterior, não vê o aluno como simples mão de obra, mas o vê como um sujeito ativo e participativo, conhecedor de seus direitos e deveres e acima de tudo, um sujeito com identidade própria (PENTEADO; GUZZO, 2010).

O PP de uma escola é, portanto, um conjunto de diretrizes que visam orientar a prática pedagógica em suas diversas instâncias. Esse documento, que deve ser resultado de uma ação coletiva e integrada, deve também trazer subsídios que permitam à escola conduzir suas ações na busca por qualidade, através do delineamento de seus principais fundamentos e orientações curriculares.

Dessa forma, a abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – documentos que norteiam a prática pedagógica no Brasil – no texto do PP se faz necessária na medida em que os mesmos trazem orientações imprescindíveis para a construção de uma proposta pedagógica fundamentada, que visibilize a necessidade das discussões acerca de questões culturais, sociais e econômicas em sala de aula. Para Ferrari e Zancul (2010), o PCN Meio Ambiente e Saúde (BRASIL, 1997) representa um referencial pedagógico-metodológico que orienta o trabalho pedagógico de Educação Ambiental, auxiliando na construção de uma consciência global relativa ao meio ambiente.

Os PCNs e seus Temas Transversais são, portanto, ferramentas que permitem discussões cuja relevância se faz cada vez mais presente em nossa sociedade. A exemplo disso, temos o Tema Transversal Meio Ambiente, que traz orientações aos educadores sobre como desenvolver atitudes sustentáveis nos educandos por meio de ações que enfoquem a questão ambiental dentro da escola.

Para que tais orientações venham de fato se concretizar, é importante que a Educação Ambiental esteja presente nas instituições de ensino, como parte integrante dos Projetos Pedagógicos, estando teoricamente solidificada a fim de orientar as ações docentes e as atividades discentes.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi analisar as propostas de Educação Ambiental contidas nos Projetos Pedagógicos de duas escolas de Ensino Fundamental da rede estadual de São Luís, MA.

2 METODOLOGIA

De início foram escolhidas, aleatoriamente, duas escolas da rede pública do município de São Luís (MA) nas quais foi aplicada a entrevista, cujos nomes não serão divulgados por questões éticas e que serão chamadas, quando necessário, de escola A e B.

Este estudo teve por público-alvo apenas o corpo docente das escolas, visto que estes tiveram, ou deveriam ter tido, em sua formação, a abordagem do PCN Meio Ambiente.

2.1 ENTRADA NO CAMPO: VISITA ÀS ESCOLAS OBJETOS DE ESTUDO

A priori realizou-se a apresentação e discussão do projeto com a supervisão e direção da escola. Na ocasião, foram apresentados os principais objetivos do estudo, assim como sua metodologia. Logo, nesse primeiro momento, foi efetivada a solicitação dos PP bem como a permissão para a aplicação de questionários.

2.2 APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SEMI-ESTRUTURADOS

Foram aplicados questionários semi-estruturados aos professores das escolas. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento permitindo aplicação do questionário e divulgação dos resultados obtidos. Em cada escola foram aplicados 20 (vinte) questionários, sendo que todos foram respondidos, resultando num total de 40 entrevistados. Os questionários continham perguntas abertas e fechadas referentes ao Projeto Pedagógico da escola, a saber: 1) Você já teve algum contato com o Projeto Pedagógico da escola? 1.1) Se sim, você identificou propostas referentes à discussão do tema “Meio Ambiente” no texto do Projeto Pedagógico? 1.2) Se não, por que ainda não se interessou em conhecer o projeto? 2) Você conhece a importância do Projeto Pedagógico para a escola? 3) Você participou da construção ou atualização do Projeto Pedagógico da escola? O objetivo do questionário foi diagnosticar a percepção dos professores acerca das propostas de educação ambiental no PP e o grau de participação dos mesmos na elaboração do documento.

2.3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS (PPs)

Obter os PPs das escolas constituiu-se como a tarefa mais difícil durante a aplicação do projeto, uma vez que a direção e supervisão das escolas demonstravam desconhecimento do local exato onde estava o documento. Após finalmente conseguir os PPs, realizou-se análise do documento de cada escola através da metodologia de Análise Documental de acordo com os princípios teóricos de Cellard (2008) e Sá-Silva et al (2009), a fim de identificar as propostas ambientais preconizadas no documento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

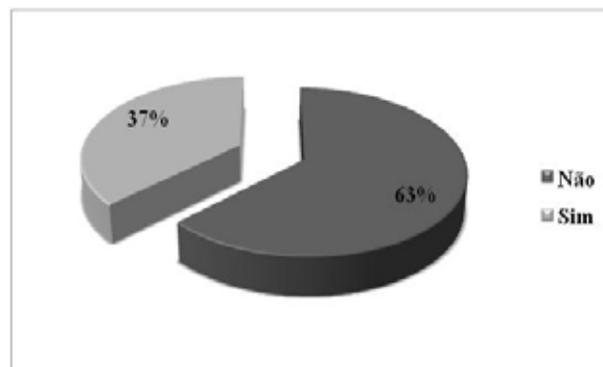
3.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SEMI-ESTRUTURADOS

3.1.1 PROFESSORES QUE TIVERAM ALGUM CONTATO COM O PP

A maioria dos professores entrevistados em ambas as escolas, não tiveram contato com o PP da escola onde trabalham, conforme se observa na figura 01. Tal situação não deveria ocorrer, visto que o PP deve ser construído em conjunto e, embora que um determinado professor não tenha participado da construção do projeto, ele, juntamente com o apoio da supervisão e da direção escolar deve buscar conhecer o mesmo visto que é este documento que norteia o fazer pedagógico em caráter local.

Portanto, essa situação, que infelizmente é comum em várias escolas, torna-se um obstáculo à efetivação dos projetos pedagógicos, pois como afirma Gadotti (2000) é necessário que a escola esteja impregnada de uma atmosfera que respira a circulação de informações, tais como a divisão do trabalho, o estabelecimento do calendário escolar, a distribuição das aulas, o processo de elaboração ou criação de cursos, ou de novas disciplinas, a

Figura 1 – Porcentagem de professores que tiveram contato com o Projeto Pedagógico da escola onde trabalham.



Fonte: SANTOS (2018).

formação de grupos de trabalho ou capacitação de recursos humanos. E estas informações estão todas, ou devem estar, preconizadas no PP.

Segundo Veiga (2010), o sentimento de pertença, confiança e clareza das intencionalidades entre os protagonistas (professores, alunos, técnico-administrativos, pais) só será gerado quando houver transparência do PP da escola, através da inserção da comunidade no cotidiano escolar e do envolvimento dos diferentes segmentos nas discussões e na socialização das informações.

A) PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O TEMA “MEIO AMBIENTE” NO TEXTO DOS PPs

Todos os entrevistados que tiveram algum contato com os PPs afirmaram não perceberem propostas referentes à Educação Ambiental no texto dos projetos. Situação preocupante, pois vai contra a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Ela estabelece que a educação ambiental é essencial e deve compreender todos os níveis de ensino em caráter formal e não formal dando enfoque ao humanismo a sustentabilidade e ao despertar da consciência sobre os problemas ambientais.

B) MOTIVOS PELOS QUAIS OS PROFESSORES AINDA NÃO LERAM O PP

A falta de oportunidade para que o projeto fosse apresentado à comunidade escolar e o fato de que o planejamento escolar não ser feito com base no PP foram as principais justificativas dadas pelos professores quando perguntados por que ainda não tiveram contato com o projeto.

Igualmente preocupante é o fato de ser comum, em várias escolas, um planejamento desarticulado do PP. Veiga (2010) ressalta que as ações pedagógicas requerem planejamento e necessitam ser sistematizadas em processos de reflexão sobre a coerência entre o que se faz e o que se pretende alcançar, devendo estar, desse modo, alinhadas ao Projeto Pedagógico.

3.1.2 IMPORTÂNCIA DO PP PARA INSTITUIÇÃO

Os professores destacaram que o PP é de suma importância para a instituição, pois permite: a) o melhor desenvolvimento das atividades escolares; b) a participação do corpo docente na construção da comunidade escolar; c) a busca de melhorias e soluções para os problemas da instituição; d) esclarecem os recursos existentes na instituição e o regimento interno; e) direcionam os trabalhos na escola; e f) concedem autonomia à escola.

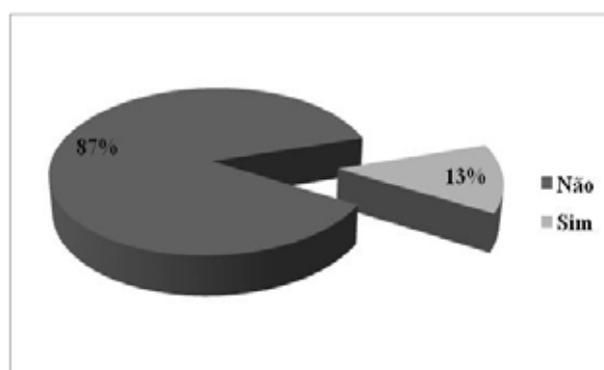
Sobre a importância do PP, Silva (2005, p. 12) afirma:

O PPP não é apenas um produto, uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua, orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É, portanto um documento identitário, no qual os sujeitos se veem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos.

3.1.3 PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO PPP

A escola não é feita apenas por mesas e cadeiras, quadro-negro e giz, mas são os alunos, professores, e corpo técnico-administrativo que compõe a comunidade escolar. Como membros dessa comunidade é importante que todos participem da construção do PP da escola. No entanto, como mostra a Figura 2, em ambas as escolas, nem ao menos os professores tem tido uma participação efetiva na construção dos projetos pedagógicos da escola.

Figura 2 – Participação dos professores na construção do PP.



Fonte: SANTOS (2018).

Resultado diferente do obtido por Klein et al. (2013), que trabalhando em uma Escola de Ensino Básico em Palmeira das Missões/RS, atestou que toda a comunidade participa da elaboração do PP sempre que há necessidade através de reuniões com o Conselho Escolar. A escola tem ciência de que este é um critério exigido na elaboração do PP.

Vale ressaltar que a participação não é um direito, mas um dever e as pessoas pela sua condição de cidadãos devem tomar parte na melhoria da sociedade (GUERRA, 2002), e é também um dos principais sustentáculos do projeto pedagógico que junto com a igualdade, qualidade, transparência, liberdade, solidariedade e pluralismo, atuam de forma dinâmica e interativa, se entrecruzando numa complexa conexão com a dimensão educativa de escola (VEIGA, 2010).

3.2 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

A seguir estão as análises feitas nos PPs das escolas participantes desse estudo. As categorias que regeram a análise foram:

- 1 – Processo de construção do PP;
- 2 – Processo de Atualização do PP;
- 3 – Processo de operacionalização do PP;
- 4 – Abordagem do tema “Meio Ambiente” no PP.

3.2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PP

Quanto a construção do PP da escola A, o documento faz referência a uma equipe sistematizadora, que foi a responsável pela organização do projeto, no entanto, nada mais é especificado acerca dessa equipe. Não é dito se os membros faziam parte do corpo docente ou administrativo da escola, nem é citada a participação dos membros da comunidade escolar durante a construção do PP.

A construção do PP da escola B deu-se de modo coletivo com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e com a participação dos pais e responsáveis pelos alunos, segundo consta no próprio documento. Essa construção coletiva, ainda segundo o documento, ocorreu através de palestras, reuniões e questionários com os pais e com toda a comunidade escolar.

Para que o PP seja coletivo e integrador, é necessário que em sua elaboração, assim como em sua execução e avaliação, seja estabelecido um clima de diálogo, de cooperação e negociação, assegurando-se o direito de as pessoas intervirem e se comprometerem na tomada de decisões de todos os aspectos que afetam a vida da escola (VEIGA, 2003).

3.2.2 PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PP

O PP da escola A não prevê a discussão aberta para a atualização do documento, mesmo que no texto conste que o Projeto é anualmente levado à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), cabe ressaltar que quando o documento foi entregue à equipe executora desta investigação, percebeu-se que o mesmo não era atualizado há dois anos.

O PP da escola B encontrava-se ainda mais desatualizado, visto que a última atualização do documento havia sido há dez anos. Não é feita nenhuma referência no projeto acerca de atualizações do mesmo, tampouco, é apresentada propostas de discussão para a atualização do documento.

Klein et al. (2013) relatou constante atualização do PP na escola onde realizou sua pesquisa. Veiga (2001) considera a atualização do PP como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Afinal, a construção do PP é uma oportunidade de toda a comunidade escolar de definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, e organizar suas ações, visando atingir os objetivos a que se propõem (LIBÂNEO, 1984).

3.2.3 PROCESSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PP

Embora que o PP da escola A apresente muitos objetivos que visem a sua melhoria, não foi apontado no documento nenhum plano de ação para a execução do Projeto Pedagógico, apenas é dito que as ações pedagógicas ocorrem diariamente.

O PP da escola B apresenta planos de ação, com metas específicas para a implementação do projeto pedagógico na escola durante os anos posteriores.

Destacamos que é necessário que um PP tenha em seu texto um plano de ação com objetivos, metas e prazos, pois conforme afirma Veiga (1991, p. 82) “uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto”.

3.2.4 ABORDAGEM DO TEMA “MEIO AMBIENTE” NO PP.

No PP de ambas as escolas não há nenhuma referência à temática ambiental, tampouco são citadas sugestões de atividades relacionadas ao tema, o que demonstra que os PCNs estão sendo desconsiderados no processo de construção dos projetos.

Uma explicação para isso reside no fato de que muitos educadores ainda não compreendem a verdadeira finalidade do PP para a prática escolar, já que para eles, o projeto não passa de um simples documento. No entanto, no momento em que a importância do PP for assumida pelos educadores e pela comunidade escolar, ele poderá servir de referência para um trabalho integrador, que vise à formação plena do educando.

Resultado semelhante ao apresentado aqui, foi encontrado por Ferrari e Zuncal (2010), que analisaram PPs que não contemplavam uma visão sobre a temática ambiental, seja como “novos temas emergentes em educação”, tal como sugere Barcelos (2005), ou como tema transversal. Silva; Carniatio e Polinarski (2000), por outro lado, encontraram resultado diferente, visto que analisaram PPs que apresentavam projetos relacionados à temática de Educação Ambiental, mesmo não estando claro o caráter disciplinar (disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar) desses projetos.

4 CONCLUSÕES

Ao final deste estudo percebemos que a maioria dos professores não tiveram acesso ao PP e que poucos participaram da construção do mesmo. A atualização do documento tem sido deixada para segundo plano, uma vez que este não tem sido levado em consideração ao se fazer o planejamento escolar. Portanto, destacamos a necessidade da construção coletiva do PP visando à construção de um projeto de caráter integrador.

Quanto à abordagem da temática ambiental, percebemos total ausência de propostas de cunho ambiental no texto dos documentos, por isso, ressaltamos que é deveras importante que sejam feitos trabalhos de sensibilização nas escolas acerca da importância do PP e da necessidade da construção de um projeto que esteja em consonância com os PCNs de modo a contribuir para o debate sobre a promoção da Educação Ambiental na prática pedagógica diária.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, V. H. de L. Navegando e traçando mapas: uma contribuição à pesquisa em educação ambiental. In: GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de. (Org.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p.63-84.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC: SEF, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acessos em: 10 mar. 2018.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FERRARI, A. H; ZANCUL, M. C. S. A Educação Ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Municipais de ensino Fundamental da Cidade de Araraquara – SP. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 25, p.22-34, 2010.
- GADOTTI, M. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
- GUERRA, M. A. S. **Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola**. Porto, Portugal: Porto, 2002.
- KLEIN, C. L.; DILL, R. E.; LOEBENS, L.; MORESCO, T. R. Projeto Político-Pedagógico: das bases teóricas e conceituais para execução na prática docente. In.: Seminário Internacional de Educação no Mercosul, [s.l.], 15., 2013. **Anais...** [s.l.]: [s.n.], 2013, p. 1-11.
- LACERDA, C. R. **Projeto político-pedagógico: construção pesquisa e avaliação**. CE: 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1987.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. (2010). Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 569-577.
- SÁ-SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano 1, n.1, jun., 2009
- SANTOS, M. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e Sociedade. In.: IX Anped Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012, 4., 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: [s.n.], 2012. P. 1-16.
- SILVA, M. D.. CARNIATTO, T.; POLINARSKI, C, A. Projeto Político-Pedagógico como instrumento para Educação Ambiental Formal. In.: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis, 7., 2000. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2000, p. 1-12.

SIVA, M. A. Do Projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v.3, n. 61, p.283-301, dezembro, 2003.

SILVA, F. D. **Projeto Político Pedagógico aplicado a centros de Educação ambiental e a salas verdes**. Manual de Orientação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente do Brasil/Diretoria de Educação Ambiental. Abril/2005.

SOUZA, A. N. de. A Racionalidade Econômica na Política Educacional em São Paulo. **Pro-Posições**. Vol. 13, N. 1 (37), Jan/abr. 2002.

VEIGA, I. P. A. “Escola, currículo e ensino”. In.: VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. (org.) **Escola fundamental: Currículo e ensino**. Campinas, Papirus, 1991.

VEIGA, I. P. A. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação. In.: Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, 1., 2010. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2010, p. 1-10.